

Negociação é última chance de recuperar crédito, diz FMI

France-Press

Falta de medidas contra déficit e pressões por pacotes desgastam ministro da Fazenda

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — As conversas que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, teve ontem à tarde com o presidente do Banco Mundial, Lewis Preston, e com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, marcaram a abertura do que funcionários do governo americano e dos organismos financeiros multilaterais vêem como a derradeira oportunidade para o Brasil reconquistar credibilidade da comunidade internacional e evitar uma catástrofe doméstica.



Cardoso, asseguram fontes oficiais, encontrará todo o apoio para executar a segunda fase do programa de ataque ao déficit fiscal e o aprofundamento das reformas estruturais que tem pregado. Seu diagnóstico da crise é considerado perfeito. Mas a demora em adotar tais medidas diante de uma inflação galopante, a pressão crescente por medidas artificiais, a mal-sucedida busca pelo governo de uma solução política para efetivar logo o acordo com os bancos e os sinais confusos emitidos por Brasília nos últimos dias, inclusive pelo próprio ministro (com a declaração sobre unificação cambial), exacerbaram as dúvidas em Washington e começaram a desgastar Cardoso.

PARA EUA,
ELITE
BRASILEIRA
FALIDA
CONSPIRA EM
FAVOR DA
INFLAÇÃO



Camdessus, do FMI: encontro marca retomada de negociação

“Onde está o homem corajoso de que o Brasil precisa neste momento?”, perguntava-se na semana passada num gabinete oficial, numa referência velada ao ministro. Cardoso, que chegou ao Ministério da Fazenda com aura de líder providencial e único capaz de montar no Congresso uma coalizão de forças para apoiar a efetiva estabilização, aumentou a expectativa de seus interlocutores em Washington com relatos positivos, por telefone, sobre a evolução do quadro interno.

Agora, dizem, chegou a hora da ação. O Departamento do Tesouro está interessado em conhecer as “ações prévias” que a equipe econômica tomará na área fiscal, antes da revisão constitucional. Dessas medidas depende a abertura

de negociações de um acordo formal de estabilização com o FMI.

Um alto funcionário do FMI deixou claro que a conversa não irá adiante, se o governo não executar uma política de estabilização “para valer”. O Tesouro bloqueou o acordo com os bancos, apesar da pressão destes no sentido contrário, condicionando a emissão dos bônus de garantia do arranjo a um stand-by do País com o FMI.

Essa atitude reflete impaciência e frustração em Washington. Ela ultrapassa a questão do acordo, cujo adiamento ou cancelamento já são consideradas hipóteses de trabalho. O argumento sobre a impossibilidade política de se executar um programa de estabilização no Brasil já não comove ninguém. A instabilidade no País começa a ser tratada como algo injustificável, que só se mantém por conta do interesse de uma elite falida que conspira em favor da inflação. Cristaliza-se a idéia de que os brasileiros que têm acesso às moedas indexadas talvez tenham de provar o fogo de uma hiperinflação.